



PLANO DE AÇÃO E RELATÓRIO
ANUAL 2020/21
GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
PARA A SUSTENTABILIDADE – GTEAS

Autores:

Francisco Teixeira | APA

Helena Gil | DGE

Cristina Girão Vieira | ICNF, I.P.

Lurdes Andrino | DGEstE

Lurdes Soares | APA

Sílvia Castro | DGE

Índice

1-	INTRODUÇÃO.....	5
2-	ENQUADRAMENTO.....	6
3-	CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	11
	Direção-Geral da Educação.....	11
	Agência Portuguesa do Ambiente.....	13
	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.....	14
	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares.....	16
4-	PLANO DE AÇÃO DO GTEAS.....	18
	XXVII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental, Castelo de Vide.....	21
	18 a 20 de junho de 2021.....	21
	Conferências da Natureza.....	21
5-	REDE DE DOCENTES EM MOBILIDADE.....	24
	Processo de candidatura	24
	Rede de docentes 2020-21	25
6-	RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	27
7-	AVALIAÇÃO DOS DOCENTES EM MOBILIDADE.....	48
8-	CONCLUSÕES.....	50

Índice de Tabelas

Tabela 1: DISTRIBUIÇÃO DE DOCENTES POR ENTIDADE E LOCALIDADE 2020-21	25
Tabela 2- ODS por Avisos 2017-2020	36
Tabela 3: TOTAL DE PARTICIPANTES POR TIPOLOGIA	46
Tabela 4: ENTIDADES PARCEIRAS	47

1-INTRODUÇÃO

O Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (GTEAS), criado pelo Despacho n.º 19191/2009, de 19 de agosto, do Secretário de Estado do Ambiente e do Secretário de Estado da Educação, tem por missão o acompanhamento e a concretização das ações previstas no protocolo de cooperação estabelecido entre as tutelas da Educação e do Ambiente.

O Grupo de Trabalho é composto por dois representantes da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Francisco Teixeira e Lurdes Soares, duas representantes da Direção-Geral da Educação (DGE), Helena Gil e Sílvia Castro, uma representante do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P. (ICNF, I.P.), Cristina Girão Vieira, e uma representante da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), Lurdes Andrino. A coordenação está a cargo de Francisco Teixeira, como representante da APA e de Helena Gil, como representante da DGE.

O Grupo de Trabalho deve submeter às respetivas tutelas a proposta de plano de ação anual e o respetivo relatório anual de ação, tarefa que se pretende assumir com o presente documento.

Para facilitar a leitura na elaboração deste documento optou-se por agregar o Plano de Ação e o Relatório, na sua forma final.

Pelo segundo ano consecutivo, os constrangimentos provocados pela pandemia levaram a que as instituições e as organizações procurassem responder a novos desafios e desenvolvessem projetos sob novos formatos, incluindo o acompanhamento das atividades desenvolvidas por cada docente (em modo virtual), através das plataformas disponíveis para o efeito.

2-ENQUADRAMENTO

Instrumentos estratégicos

Os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS), fixados pela ONU, definem as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030. Esta agenda é formada pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem ser implementados por todos os países, sendo assumidos como vetores de orientação das diferentes estratégias e medidas políticas.

A EA-educação ambiental, enquanto processo e neste quadro requer uma dinâmica de continuidade e de uma responsabilidade alargada. Por conseguinte torna-se indispensável que sejam assumidos compromissos nacionais persistentes aos diferentes níveis de atores.

A **Estratégia Nacional de Educação Ambiental** (ENEA 2020), proposta pelas tutelas do Ambiente e da Educação e assumida pelo governo português procura *Estabelecer um compromisso colaborativo, estratégico e de coesão na construção da literacia ambiental em Portugal que, através de uma cidadania inclusiva e visionária, conduza a uma mudança de paradigma civilizacional, traduzido em modelos de conduta sustentáveis em todas as dimensões da atividade humana.*

Enquadrando-se nos três pilares centrais da política ambiental nacional, *descarbonizar a sociedade, tornar a economia circular e valorizar o território*, a ENEA constitui-se, ainda, como oportunidade para valorizar o reconhecido trabalho já desenvolvido por diversas entidades em EA, agregando novos atores e fomentando parcerias. Para esse efeito, reconhecendo-se a necessidade de um acesso generalizado ao conhecimento científico, de um funcionamento em rede, de políticas públicas preventivas foram concretizadas um conjunto de medidas e ações envolvendo os diversos promotores de EA, enquadradas pelos objetivos estratégicos, *Educação Ambiental + Transversal, Educação Ambiental + Aberta, Educação Ambiental + Participada.*

Através dos seus três eixos temáticos a ENEA 2020 permitiu debater doze temas chave: Clima, Eficiência Energética, Mobilidade Sustentável, Desmaterialização, Economia Colaborativa e Consumo Sustentável, Conceção de Produtos e Uso Eficiente de Recursos, Valorização de Resíduos, Ordenamento do Território, Mar e Litoral, Água, Valores Naturais, Paisagem, Ar e Ruído.

Entre 2017 e 2020, a ENEA, enquanto documento estratégico, contou com a publicação de dez Avisos do Fundo Ambiental do MAAC-Ministério do Ambiente e da Ação Climática e do POSEUR que permitiram cofinanciar 167 projetos, envolvendo 6,4 milhões de euros, que garantiram uma diversidade de projetos/iniciativas de EA em todo o território.

Estes avisos abarcaram um vasto painel temático que procurou ser solução para muitas questões ambientais e estiveram ao alcance de diversas entidades, desde empresas, escolas, autarquias, sociedade civil, entre outras.

A ENEA2020 procurou concorrer de forma decisiva para a alteração de comportamentos dos portugueses visando também a concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade para 2030** (ENCNB 2030), assenta no reconhecimento de que o património natural português concorre decisivamente para a afirmação do país internacionalmente, contribuindo para a concretização de um modelo de desenvolvimento assente na valorização do seu território e valores naturais, nomeadamente através da valorização económica da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas, encarando-os como ativos estratégicos essenciais para a coesão territorial, social e intergeracional.

A **Estratégia Nacional para as Florestas** (ENF) considera fulcrais as “ações de sensibilização, promovidas pelo Estado e pelos vários agentes intervenientes, dirigidas à população em geral e a públicos específicos em particular, que promovam alterações de comportamentais que levem à redução do risco e à redução do número de ignições existente, [...] numa estratégia de redução de risco”. Considerando ainda que “assume particular relevo a necessidade de conceber e levar à prática um programa nacional de formação e sensibilização, dirigido aos diversos públicos-alvo, garantindo-se assim o aumento do conhecimento da sociedade portuguesa sobre a realidade florestal do País.”

As temáticas ambientais, nomeadamente as que se relacionam com a conservação da natureza e da biodiversidade, são abordadas nas **Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar** (OCEPE), na Área do Conhecimento do Mundo, integrando, igualmente, os currículos e as aprendizagens essenciais das áreas do meio físico e das ciências dos ensinamentos básico e secundário, e a área transversal de educação ambiental para a sustentabilidade. No caso específico dos programas da área das ciências, a ênfase é colocada na relação **Ciência-Tecnologia-Sociedade-Ambiente**, sendo esta relação a matriz integradora desses programas. Neste âmbito, são preconizados muitos temas que se relacionam com as problemáticas

ambientais mais prementes, designadamente as que se relacionam com a conservação da natureza e da biodiversidade, entre muitas outras.

A componente curricular **Educação para a Cidadania**, no domínio da educação ambiental e no domínio da educação para a sustentabilidade, integra temáticas relativas à conservação da natureza, à biodiversidade e à geodiversidade, bem como às florestas.

As atuais políticas educativas pressupõem que uma educação de qualidade para todas e todos deve ter em consideração os **desafios** colocados à sociedade atual relativamente a múltiplos aspetos, nomeadamente a sustentabilidade, a interculturalidade, a identidade e segurança, a participação na vida democrática, a inovação e a criatividade e os impactos da ciência e da tecnologia na sociedade, entre muitos outros. À escola cabe, assim, dar resposta a estes desafios, preparando as crianças e os jovens para, enquanto cidadãos conscientes e informados, intervirem nos processos de tomada de decisão que se relacionam com as exigências do mundo atual.

O documento **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória** constitui-se como um referencial para o trabalho a realizar em cada escola, tendo em consideração os desafios sociais e económicos do mundo atual. Neste sentido, preconiza uma educação escolar assente numa cultura científica e artística de base humanista, mobilizando valores e competências que lhes permitam intervir na dinâmica da sociedade atual, tomando decisões livres e fundamentadas sobre as questões naturais, sociais e éticas que se lhe colocam.

Neste contexto, foi elaborada a **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania** (ENEC), que “integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, para que, no futuro, sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor” (*in* ENEC, 2017).

Ancorada em documentos internacionais e nacionais de referência relativamente à educação para a cidadania, esta estratégia preconiza uma componente curricular de **Cidadania e Desenvolvimento** em que as e os alunos realizam aprendizagens conducentes à sua formação enquanto cidadãos ativos, numa perspetiva democrática, respeitadores da diversidade e dos direitos humanos, com vista ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os diferentes **domínios** da Educação para a Cidadania estão organizados em três grupos, sendo que a educação ambiental e a educação para o desenvolvimento sustentável fazem parte do 1.º grupo, cujos temas são obrigatórios para todos os níveis de escolaridade.

Relativamente a estas áreas, têm vindo a ser produzidos, por parte da Direção-Geral da Educação, em colaboração com diversas entidades parceiras públicas e da sociedade civil, documentos que se podem constituir como referenciais na abordagem dos diferentes domínios de cidadania. Neste domínio, destaca-se o **Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade**.

Os **projetos** desenvolvidos na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e outros projetos realizados na escola devem estar articulados com a estratégia de educação para a cidadania da escola e ser desenvolvidos, preferencialmente, em parceria com entidades da comunidade, podendo mesmo alargar-se a outras escolas numa perspetiva de trabalho em rede (ENEC, 2017).

As diferentes estratégias e outros documentos aprovados permitem promover e reforçar os processos de educação e cidadania ambiental. Com efeito, o exercício de boas práticas ambientais e a participação pública proporcionam à população a aquisição de conhecimentos e capacidades que lhe permitam intervir, individual e coletivamente, na prevenção e resolução dos problemas ambientais.

Cooperação entre tutelas de Ambiente e educação

Os ministérios que tutelam a Educação e o Ambiente celebraram, em 1996, um **protocolo de cooperação**, renovado em 2005, que se constituiu como um importante instrumento de promoção da educação ambiental em Portugal e se concretizou, através de diversas parcerias, quer em múltiplos programas quer na criação de uma rede de professores com competências técnico-pedagógicas para a coordenação e dinamização de projetos desenvolvidos em articulação com as ONGA.

Esta cooperação deu origem a uma **Rede de Professores Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental**, constituída por **10 professores**, no ano letivo de 2020-21.

Os docentes requisitados são interlocutores privilegiados das estratégias nacionais e internacionais neste domínio, afirmando-se como promotores decisivos de práticas demonstrativas de uma cidadania ativa, partindo do contexto das comunidades escolares.

A bolsa de docentes, abrangida pela continuidade deste protocolo, permitiu, ao longo dos últimos anos, a difusão de experiências inovadoras na realização de projetos de educação ambiental, graças a parcerias entre as escolas, o poder local, as

organizações não-governamentais e outras entidades de âmbito local, regional e nacional, sob a coordenação e/ou acompanhamento das e dos profissionais da educação e de especialistas nas áreas do Ambiente.

É de salientar ainda o contributo decisivo para a formação de docentes, de diversos níveis de educação e de ensino, bem como, para o alargamento da educação ambiental aos cidadãos em geral, através de um trabalho de intervenção e dinamização local, regional e nacional.

3- CONTEXTO INSTITUCIONAL

Direção-Geral da Educação

A Direção-Geral da Educação (DGE), cuja orgânica foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 14/2012, de 20 de janeiro, na sua redação atual, é o serviço central da administração direta do Estado de execução das políticas relativas às componentes curricular e pedagógica da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e da educação extraescolar, bem como de apoio técnico à sua formulação, incidindo, sobretudo, nas áreas do desenvolvimento curricular, dos instrumentos de ensino e avaliação e dos apoios e complementos educativos.

Neste âmbito, a DGE é o organismo central do Ministério de Educação responsável pelas áreas de orientação e coordenação no âmbito curricular, cujas competências assumem expressão a nível do desenvolvimento, não só do currículo mas também da orientação e da produção de materiais de apoio, que se mostrem pertinentes à execução dos objetivos preconizados no *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

A Direção Geral da Educação estrutura-se em diferentes unidades orgânicas, incluindo a Direção de Serviços dos Projetos Educativos (DSPE), à qual, entre outras funções, compete assegurar o desenvolvimento curricular na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, no que concerne à educação para a cidadania e à componente curricular Cidadania e Desenvolvimento; e reforçar o apoio às escolas na promoção da autonomia e na gestão do currículo nacional, no sentido da melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos, da sua inclusão e participação social.

Outra das unidades orgânicas da DGE, a Direção de Serviços de Desenvolvimento Curricular (DSDC) tem, entre várias, a atribuição de "desenvolver os currículos e os programas das disciplinas, as orientações relativas às áreas curriculares não disciplinares, bem como propor a respetiva revisão em coerência com os objetivos do sistema educativo". Neste âmbito, a DGE tem vindo a promover a integração da educação ambiental para a sustentabilidade nas aprendizagens previstas nos programas das várias disciplinas. Por exemplo, nos documentos curriculares da área das ciências experimentais preconiza-se o desenvolvimento de aprendizagens que mobilizem saberes para regular decisões relativas à utilização sustentada dos recursos naturais do planeta Terra. Estas áreas científicas são entendidas como cruciais para o exercício de uma cidadania responsável, já que permitem o desenvolvimento das competências necessárias para intervir de forma fundamentada

em problemáticas ambientais de natureza técnica e científica que se colocam à sociedade, numa perspetiva de cidadania democrática.

No que se refere à educação ambiental, enquanto domínio da educação para a cidadania, compete à DGE assegurar a sua implementação, em conformidade com o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (ENEC), tendo em consideração os compromissos assumidos no âmbito da ENEA e a articulação com os documentos curriculares, numa perspetiva de currículo integrador.

Com a finalidade de conceber documentação de apoio, no âmbito da Educação para a Cidadania nomeadamente, na área da Educação Ambiental, foi elaborado o *Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade*, sob coordenação da DGE, em parceria com várias instituições, algumas das quais integram o GTEAS (APA e DGEstE). O Referencial, de natureza flexível, pode ser usado em contextos diversos no seu todo ou em parte, no quadro da dimensão transversal através do desenvolvimento de projetos e iniciativas que tenham como objetivo contribuir para a formação pessoal e social das e dos alunos. Este documento foi apresentado publicamente em 20 de abril de 2018, encontrando-se acessível no *site* da DGE.

No que se refere à educação ambiental para a sustentabilidade, num contexto mais lato da educação para a cidadania, compete à DGE garantir que esta área tenha expressão no currículo e que os projetos de educação ambiental para a sustentabilidade desenvolvidos com, e nas escolas, se articulem de forma coerente com o mesmo e com os objetivos curriculares definidos para o sistema de ensino.

Agência Portuguesa do Ambiente

A Lei nº 19/2014, de 14 de abril, que define as Bases da Política do Ambiente (Capítulo I, artigo 4.º), nos seus Princípios das políticas públicas ambientais estipula:

d) Da educação ambiental, que obriga a políticas pedagógicas viradas para a tomada de consciência ambiental, apostando na educação para o desenvolvimento sustentável e dotando os cidadãos de competências ambientais num processo contínuo, que promove a cidadania participativa e apela à responsabilização, designadamente através do voluntariado e do mecenato ambiental, tendo em vista a proteção e a melhoria do ambiente em toda a sua dimensão humana;

e) Da informação e da participação, que obrigam ao envolvimento dos cidadãos nas políticas ambientais, privilegiando a divulgação e a partilha de dados e estudos, a adoção de ações de monitorização das políticas, o fomento de uma cultura de transparência e de responsabilidade, na busca de um elevado grau de respeito dos valores ambientais pela comunidade, ao mesmo tempo que assegura aos cidadãos o direito pleno de intervir na elaboração e no acompanhamento da aplicação das políticas ambientais.

No seu artigo 6º estipula:

Artigo 6.º Direitos procedimentais em matéria de ambiente: Todos gozam dos direitos de intervenção e de participação nos procedimentos administrativos relativos ao ambiente, nos termos legalmente estabelecidos.

Em especial, os referidos direitos procedimentais incluem, nomeadamente:

a) O direito de participação dos cidadãos, das associações não-governamentais e dos demais agentes interessados, em matéria de ambiente, na adoção das decisões relativas a procedimentos de autorização ou referentes a atividades que possam ter impactes ambientais significativos, bem como na preparação de planos e programas ambientais.

Para este efeito, a APA assume nos seus Estatutos (Portaria nº 108/2013, de 15 de março) um Departamento onde as temáticas da educação ambiental, da comunicação e formação, da participação pública e do acompanhamento às ONGA estão em destaque, em que se insere a Divisão de Cidadania Ambiental que promove e acompanha particularmente a supervisão e apoio no domínio da educação ambiental.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

Segundo o Decreto-Lei nº 43/2019, de 29 de março, alterado pelo DL nº 46/2021, de 11 de junho, o ICNF, I.P. tem por missão “propor e executar políticas integradas de ordenamento e gestão do território, em articulação com entes públicos e privados, nos domínios da conservação da natureza, da biodiversidade, das florestas e competitividade das fileiras florestais, e assegurar a gestão dos fogos rurais, bem como definir, executar e avaliar políticas de bem-estar, detenção, criação, comércio e controlo de animais de companhia, ouvida a autoridade sanitária veterinária nacional no âmbito das suas competências e salvaguardadas as orientações desta autoridade em matéria de saúde animal.”

Possui, ainda, várias atribuições relacionadas com as questões da sensibilização, informação, formação e educação ambiental destacando-se:

- *promover e desenvolver a informação e sensibilização das populações, dos agentes e das organizações na área da conservação da natureza e da biodiversidade e florestas, incrementando a consciencialização coletiva da importância dos valores naturais (in DL n.º 43/2019, Artigo 4.º- alínea bb):*

No final de setembro de 2020, foi extinto o Gabinete de Comunicação Externa, que assegurava a representação do ICNF, I.P. no GTEAS. Essa competência passou então para a Divisão de Apoio à Gestão de Áreas Classificadas (DAGAC), competindo a esta

“Coordenar, acompanhar e avaliar ao nível nacional o desenvolvimento de projetos de intervenção no âmbito da animação, educação e da sensibilização para a conservação da natureza e da biodiversidade”
(Deliberação (extrato) n.º 1218/20205, de 30 de novembro, artigo 3.º, ponto 5, alínea b).

Em 2020 e 2021, foram assinados os protocolos de cogestão de várias áreas protegidas (Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto de 2019) visando uma gestão mais próxima das populações, pelo que a comissão de cogestão de cada área ficará responsável por:

- *viabilizar ações de promoção ambiental, económica e social, de sensibilização e comunicação, através da elaboração e execução dos instrumentos de cogestão na área protegida;*
- *estimular a participação e a iniciativa da sociedade civil, designadamente através de ações de sensibilização e de projetos educativos; e*

- *comunicar com todas as entidades públicas e privadas envolvidas na proteção e valorização do capital natural, interpretando e divulgando os principais atributos existentes na área protegida, e sensibilizar para as formas mais adequadas de os preservar e valorizar.*

O plano de cogestão de cada área protegida definirá ainda:

- *as medidas e ações a implementar com vista a sensibilizar as populações e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores; e*
- *a informação e sensibilização sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas e usufruição do território.*

O ICNF, I.P. desenvolve um conjunto de ações de educação ambiental, preferencialmente em parceria com atores locais e regionais, nomeadamente estabelecimentos de ensino, autarquias, ONG e empresas. Incluem-se ações de reflorestação, controlo de espécies invasoras, visitas guiadas, “webinars”, voluntariado, ações específicas de educação ambiental dirigidas às escolas, nas quais se integram p.ex. as Eco-Escolas, entre muitas outras.

Em colaboração com as várias entidades parceiras do GTEAS e outras, o ICNF, I.P. continua a apostar na educação ambiental e a promover ações informativas e educativas sobre conservação da natureza, boa gestão da floresta e restantes temáticas da sua missão.

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

A Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), cuja estrutura orgânica foi aprovada pelos Decretos-Lei n.º 266-F/2012, e n.º 266-G/2012, de 31 de dezembro, é um serviço central de administração direta do Estado dotada de autonomia administrativa.

A DGEstE dispõe de cinco unidades orgânicas desconcentradas, de âmbito regional, com a designação de Direção de Serviços Região Norte, Direção de Serviços Região Centro, Direção de Serviços Região Lisboa e Vale do Tejo, Direção de Serviços Região Alentejo e Direção de Serviços Região Algarve, sediadas, respetivamente, no Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro.

A DGEstE tem por missão garantir a concretização regional das medidas de administração e o exercício das competências periféricas relativas às atribuições do Ministério da Educação, sem prejuízo das competências dos restantes serviços centrais, assegurando a orientação, a coordenação e o acompanhamento das escolas, promovendo o desenvolvimento da respetiva autonomia, cabendo-lhe ainda a articulação com as autarquias locais, organizações públicas e privadas nos domínios de intervenção no sistema educativo, visando o aprofundamento das interações locais e o apoio ao desenvolvimento das boas práticas na atuação dos agentes locais e regionais da educação, bem como assegurar o serviço jurídico-contencioso decorrente da prossecução da sua missão.

A DGEstE prossegue, entre outras, as seguintes atribuições:

- *Assegurar a execução das políticas educativas definidas no âmbito do sistema educativo de forma articulada pelas diversas circunscrições regionais;*
- *Acompanhar, coordenar e apoiar a organização e funcionamento das escolas e a gestão dos respetivos recursos humanos e materiais, promovendo o desenvolvimento e consolidação da sua autonomia;*
- *Prestar apoio e informação aos utentes do sistema educativo, em particular aos alunos e encarregados de educação, às entidades e agentes locais;*
- *Participar no planeamento da rede escolar;*
- *Assegurar a concretização da política nacional no domínio das instalações e equipamentos escolares;*
- *Divulgar aos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas as orientações e a informação técnica dos serviços do Ministério da Educação;*

- *Recolher as informações necessárias à conceção e execução das políticas de educação e formação;*
- *Acompanhar os procedimentos e as atividades desenvolvidas no âmbito do sistema educativo respeitantes ao controlo da qualidade do ensino;*
- *Cooperar com outros serviços, organismos e entidades, tendo em vista a realização de ações conjuntas em matéria de educação e formação profissional.*

4-PLANO DE AÇÃO DO GTEAS

Nos termos do consignado no Despacho n.º 19191/2009, de 19 de agosto, o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade deve elaborar e submeter à apreciação das respetivas tutelas uma proposta de Plano de Ação Anual.

Assim, para o ano 2020/2021 definiram-se como eixos estratégicos para o referido plano:

- promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal;
- promover iniciativas no âmbito das quais a Educação Ambiental para a Sustentabilidade seja o foco das atividades a desenvolver;
- conceber estratégias para que as e os educadores introduzam a educação ambiental para a sustentabilidade nas suas práticas pedagógicas;
- incrementar conteúdos e ações de divulgação e de promoção da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável; e
- assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil, através dos projetos desenvolvidos com as escolas;

Com base nos eixos estratégicos foram definidos os objetivos e as ações e respetiva calendarização do plano de atividades que se apresenta no final deste documento em quadro síntese.

Plano de Atividades do GTEAS 2020-21

Eixos Estratégicos	Objetivos	Parcerias Entidades/ Docente	Ações/Atividades	Calendarização
Promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal;	Participar nas ações desenvolvidas no âmbito das efemérides visando a implementação dos princípios da EDS	APA, DGE, DGEstE, ICNF, I.P. e CN da UNESCO	Ano Internacional da Sanidade Vegetal	2020
			Década das Nações Unidas sobre a Biodiversidade	2011-2020
			Década Internacional para a Ação: Água para o Desenvolvimento Sustentável	2018-2028
			Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil	2021
			Ano Internacional das Frutas e Legumes	2021
			Ano Europeu do Transporte Ferroviário	2021
Promover iniciativas no âmbito das quais a educação ambiental para a sustentabilidade seja o foco das atividades a desenvolver pelas e pelos docentes	Apoiar a realização e a promoção de projetos a nível internacional, nacional, regional e local, de EAS, que envolvam autarquias, associações empresariais, ONG e outras entidades	Projetos / programas / representações da responsabilidade de cada entidade que compõe o GTEAS, com ou sem parcerias	Desenvolvimento dos planos de ação das diferentes entidades representadas no GTEAS	Ao longo do ano
Incrementar conteúdos e ações de divulgação e de promoção da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável				
Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil, através dos projetos desenvolvidos com e nas escolas		APA, DGE	Programa "AdaPT" ao abrigo dos EEA Grants: preparação e disseminação de informação climática, incluindo tendências passadas, novos cenários IPCC e regionalização da informação climática.	Ao longo do ano

Plano de Atividades do GTEAS 2020-21

Eixos Estratégicos	Objetivos	Parcerias /Entidades/ Docente	Ações/Atividades	Calendarização
Promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal	Contribuir para a implementação de Estratégias Nacionais com enfoque na Educação para o Desenvolvimento Sustentável	APA, DGE, DGEstE, ICNF, I.P., outras tutelas, sociedade civil	Divulgação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	Ao longo do ano
Incrementar conteúdos e ações de divulgação e de promoção da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável		APA, DGE, DGEstE, ICNF, I.P., outras tutelas, sociedade civil	Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA 2020)	Ao longo do ano
Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil, através dos projetos desenvolvidos com as escolas			Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)	Ao longo do ano
			Estratégia Nacional da Conservação e Biodiversidade (ENCB)	Ao longo do ano
			Referencial para a Educação Ambiental	Ao longo do ano
			Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória	Ao longo do ano
		APA, DGE, DGEstE, ICNF, I.P., Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas / Fundo Português de Carbono	Participação no Grupo de Coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, na sua vertente de sensibilização e divulgação	Ao longo do ano
			Grupo <i>Reporting</i>	Integração no "Grupo Reporting" para a elaboração de relatórios no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas

Plano de Atividades do GTEAS 2020-21

Eixos Estratégicos	Objetivos	Parcerias / Entidades / Docente	Ações / Atividades	Calendarização
Promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal	Acompanhar e divulgar os projetos anuais dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo entre as tutelas do ambiente e educação no ano letivo 2020-21, incluindo a participação nas ações aqui discriminadas.	APA, DGE, ICNF, I.P., DGEstE	Orientar e participar na implementação dos planos de ação EAS e respetivos relatórios das e dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo entre as tutelas da educação e do ambiente.	Ao longo do ano
		APA, DGE, ICNF, I.P., DGEstE	Divulgação das atividades implementadas pelos professores destacados	Ao longo do ano
		APA, DGE, ICNF, I.P., DGEstE	Exposição de Divulgação dos Projetos de EAS	Ao longo do ano
		Margarida Gomes - Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE)	Seminário Nacional Eco-Escolas (virtual)	15 e 19 de março 2021
			Seminário Nacional JRA (Virtual)	16 e 19 de novembro 2020
		Joaquim Pinto - Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)	XXVII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental, Castelo de Vide	18 a 20 de junho de 2021
Incrementar conteúdos e ações de divulgação e de promoção da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável		Projeto Rios		Ao longo do ano
Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil, através dos projetos desenvolvidos com as escolas		Isabel Fernandes - FAPAS - Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade	Conferências da Natureza	De 9 janeiro a 17 abril 2021
			Plantas exóticas invasoras	24-10-2020 a 22 maio 2021
		José Janela - Associação Nacional de Conservação da Natureza (Quercus)	Dinamização de ações de sensibilização ambiental de carácter eminentemente prático, realizadas em campo, em diferentes locais do país	Ao longo do ano
Dinamização de ações de sensibilização ambiental em diferentes escolas do país - inclui projetos em curso como "Heróis de toda a Espécie", "Fantásticos da Natureza", Prodehesa-Montado e Green Cork Escolas			Todo o ano	

Plano de Atividades do GTEAS 2020-21 (continuação)

Eixos Estratégicos	Objetivos	Parcerias / Entidades / Docente	Ações / Atividades	Calendarização
Promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal		Teresa Oliveira- Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA)	Dinamização das atividades de EA a submeter ao Programa "Escola Azul"	Ao longo do ano
			Dinamização de ações de formação para professores	Ao longo do ano
Incrementar conteúdos e ações de divulgação e de promoção da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável	Acompanhar e divulgar os projetos anuais dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo entre as tutelas do ambiente e educação no ano letivo 2019-20, incluindo a participação nas ações aqui discriminadas.	Carla Pacheco - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA)	Dinamização do Centro Ecológico Educativo do Paul da Tornada, Professor João Evangelista	Ao longo do ano
			Dinamização do Projeto Coastwatch Portugal, com a implementação da 31ª Campanha CW 202-21 "um Mar de oportunidades"	Ao longo do ano
Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil, através dos projetos desenvolvidos com as escolas		Jorge Fernandes – Liga para a Proteção da Natureza (LPN)	Curso de Formação Contínua de Professores	Ao longo do ano
			Projeto Despertar para a Natureza	Ao longo do ano

Plano de Atividades do GTEAS 2020-21 (continuação)

Eixos Estratégicos	Objetivos	Parcerias / Entidades / Docente	Ações / Atividades	Calendarização
Promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal		Clarisse Ferreira - Tagis	Videoblog - Insetos em Rede	Ao longo do ano letivo
			Laboratórios em Campo na Rede de Estações de Biodiversidade	Ao longo do ano
Incrementar conteúdos e ações de divulgação e de promoção da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável	Acompanhar e divulgar os projetos anuais dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo entre as tutelas do ambiente e educação no ano letivo 2019-20, incluindo a participação nas ações aqui discriminadas.	Celeste Aires – Associação Rio Neiva	Ciência cidadã nas escolas	Ao longo do ano
			Educação ambiental nas escolas	Ao longo do ano
Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil, através dos projetos desenvolvidos com as escolas		Paula Banza – A Rocha	Às quintas na Rocha “monitorização de lepidópteros noturnos”	Ao longo do ano
			Os habitats da Ria de Alvor	Ao longo do ano
		DGE, APA, DGEstE, ICNF, IP, ONGA	Webinar TRAZER A NATUREZA PARA AS NOSSAS VIDAS NAS ESCOLAS	29 junho

5-REDE DE DOCENTES EM MOBILIDADE

Os Ministérios que tutelam a Educação e o Ambiente mantêm desde 1996 um Protocolo de Cooperação que se constitui como um importante instrumento de promoção da educação ambiental em Portugal. Esta colaboração permitiu a promoção de diversas iniciativas, reconhecimento de projetos, inserção de conteúdos nos *curricula* escolares e na criação de uma rede de professores com competências técnico-pedagógicas para a coordenação e dinamização de projetos junto das comunidades desenvolvidos em articulação com ONGA-organizações não-governamentais de ambiente.

A constituição desta rede de docentes ocorre através de candidatura a mobilidade de docentes, assumida pela APA junto da DGAE-Direção Geral de Administração Escolar do Ministério da Educação e que envolve parecer da DGE. Tal candidatura da APA é antecedida por uma manifestação de interesse apresentada pelas ONGA que compreende a assunção de um perfil e conjunto de compromissos que permitam a viabilização de um plano de ação com abrangência nacional.

Existe um compromisso de princípio no reconhecimento deste relevante instrumento e na sua continuidade ao longo dos anos (desde 1996).

Processo de candidatura

O processo de candidatura dos docentes em mobilidade ocorre na observância do quadro de critérios aprovados pelo GTEAS. O procedimento desenvolve-se no cumprimento das regras estabelecidas para a mobilidade estatutária dos docentes do quadro do Ministério da Educação.

Assim, após a receção da informação da DGAE – Direção-Geral da Administração Escolar, sobre a abertura do período de candidatura a APA dá início aos procedimentos definidos:

1. Enviou comunicação a todas as ONGA, com registo ativo no RNOE, com o objetivo de averiguar do seu interesse na candidatura ao processo de mobilidade estatutária, assim como obter os elementos tidos por convenientes para a sua melhor apreciação, contidos no formulário online criado para o efeito (o formulário resulta da metodologia adotada e permite a elaboração duma lista seriada de candidatura de ONGA ponderada com o perfil do docente

proposto. O resultado é obtido através da ponderação de 65% relativo á caracterização da ONGA e 35% ao perfil do docente).

2. Avaliou as candidaturas recebidas e seriou as primeiras 10, tal como definido desde o início, informação enviada às ONGA.
3. Após a seleção, a APA enviou a todas as ONGA (consulta aos interessados), inscritas no RNOE, a lista final.
4. A APA enviou a todos os docentes identificados pelas ONGA a informação e solicitou por e-mail a confirmação de interesse individual na candidatura.
5. Após todos a informação recebida, a APA inseriu os dados na plataforma da DGAE. O resultado final é posteriormente divulgado pela DGAE.
6. A aprovação final é sempre da responsabilidade do Ministério da Educação.

Rede de docentes 2020-21

A Rede de Docentes de Professores Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental contou no ano letivo 2020-21, com dez docentes, alocados em dez ONGA (Tabela 1).

Tabela 1: DISTRIBUIÇÃO DE DOCENTES POR ENTIDADE E LOCALIDADE 2020-21		
Docente	ONGA	Localidade
Carla Pacheco	Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente - GEOTA	Caldas da Rainha
Celeste Aires	Associação Rio Neiva	Esposende
Clarisse Ferreira	Centro de Conservação das Borboletas de Portugal - Tagis	Lisboa
Isabel Fernandes	Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade - FAPAS	Porto
Joaquim Ramos Pinto	Associação Portuguesa de Educação Ambiental - ASPEA	Aveiro
Jorge Fernandes	Liga para a Proteção da Natureza - LPN	Lisboa
José Janela	QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza	Lisboa
Margarida Gomes	Associação Bandeira Azul da Europa - ABAE	Lisboa
Paula Banza	Associação Cristã de Estudos e Defesa do Ambiente - A Rocha	Portimão
Teresa Oliveira	Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves - SPEA	Lisboa

Apesar das contingências que a pandemia impôs, O trabalho desenvolvido por esta rede de docentes continuou a refletir boas práticas de educação ambiental dirigidas às comunidades escolares e aos diferentes níveis de ensino.

Acumulando as vantagens da formação técnica e pedagógica, estes docentes têm-se constituído como elos de ligação entre a administração central e local, a sociedade civil e, particularmente, as escolas, onde os projetos têm crescido em quantidade e qualidade, graças também ao incremento da formação e ao incentivo e aumento das competências interpares.

As e os docentes requisitados são interlocutores privilegiados das estratégias nacionais e internacionais neste domínio, afirmando-se como promotores decisivos de uma cidadania ativa no contexto das comunidades escolares.

6-RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ao longo do ano letivo 2020-21 foram diversas as ações desenvolvidas, direta e indiretamente, com as comunidades escolares, pelas quatro instituições que integram o GTEAS (APA, DGE, DGEstE e ICNF, I.P.).

Este relatório não inclui, naturalmente, toda a atividade que cada uma das instituições promove e realiza por si própria nesta área.

▪ **Participar nas ações desenvolvidas no âmbito das efemérides visando a implementação dos objetivos da EDS**

Atendendo às contingências subjacentes à COVID 19, as entidades que compõem o GTEAS, assim como a rede de docentes em mobilidade, composta pelos dez docentes alocados em igual número de ONGA, desenvolveram ações virtuais que foram ao encontro deste objetivo.

De forma virtual através de *webinar*, debates, desafios, entre outros, foi possível cumprir, de uma forma global, os objetivos definidos.

Há que reconhecer a rapidez e a versatilidade com que os docentes e as suas organizações se adaptaram à nova realidade fruto de uma sociedade em tempo de pandemia.

Assim, o tema dos *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*, definidos pela ONU, continuou a ser trabalhado, de acordo com as diferentes atividades e ações previstas.

Relativamente às diferentes efemérides a comemorar em 2020 e 2021, embora com alguns constrangimentos foi possível focar as temáticas definidas:

- Ano Internacional da Sanidade Vegetal/2020;
- Década das Nações Unidas sobre a Biodiversidade/2011-2020;
- Década das Nações Unidas para a Recuperação dos Ecossistemas/2021-2030;
- Década Internacional para a Ação: Água para o Desenvolvimento Sustentável/2018-2028;
- Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil/2021;
- Ano Internacional das Frutas e Legumes/2021;
- Ano Europeu do Transporte Ferroviário/2021;

Quanto ao Ano Internacional da Sanidade Vegetal/2020, o ICNF, I.P. viu-se na contingência de ter de cancelar a quase totalidade das atividades propostas.

- **Apoiar a realização e a promoção de projetos a nível internacional, nacional, regional e local, de EAS, que envolvam autarquias, associações empresariais, ONG e outras entidades**

As diferentes entidades representadas no GTEAS promoveram ou apoiaram projetos EAS em múltiplas vertentes, recorrendo a metodologias e instrumentos diversos.

A título de exemplo apresentam-se alguns dos projetos mais emblemáticos acompanhados pelas diferentes entidades que compõem o GTEAS.

✓ **Heróis de Toda a Espécie**



No âmbito do protocolo entre a REN, a DGES e o Ministério do Ambiente e da Ação Climática e da iniciativa *Business & Biodiversity*, decorre o projeto "Heróis de Toda a Espécie", dirigido ao 1.º CEB (3.º e 4.º anos), são produzidos conteúdos físicos e digitais a serem distribuídos em diversas escolas a nível nacional e com visitas a alguns estabelecimentos de ensino. Note-se que a revisão técnica é feita pelo ICNF, I.P. Assim, em 2020/21, o ICNF procedeu à revisão / reformulação das propostas de materiais referentes às espécies teixo (*Taxus baccata*) e aveleira (*Corylus avellana*), nomeadamente os "Guia do Professor" e as fichas das espécies.

Os materiais e conteúdos didáticos e educativos produzidos no âmbito deste projeto são aderentes à marca Natural.PT "Património Vivo" (sítio, facebook, youtube, Instagram), uma marca criada pelo ICNF, I.P. e que visa a promoção integrada do território, dos produtos e dos serviços existentes na Rede Nacional das Áreas Protegidas e na sua envolvente próxima e que com elas partilham valores e princípios de sustentabilidade e valorização da natureza e dos recursos endógenos.

Seguramente devido à pandemia, este projeto não apresentou trabalhos com as escolas em 2020/2021.

✓ Os Fantásticos da Natureza



Lançada no final de 2019, a Quercus, com a colaboração a nível técnico do ICNF, I.P., e em parceria com a APA, DGE e DGEstE, continua a desenvolver o projeto "Os Fantásticos da Natureza", que engloba uma série de animação dedicada à sensibilização ambiental, com um conjunto de vídeos animados, devidamente organizados em formato "dicas" e "sabias que" por cada uma das áreas protegidas abrangidas ([facebook](#), [youtube](#)).

Em 2020/21, o ICNF, I.P. procedeu às últimas revisões dos materiais, solicitadas pela Quercus, e divulgou este projeto nos seus canais digitais.

✓ Projeto TransforMAR



A 4ª edição do TransforMAR esteve em 20 praias, marítimas e fluviais, sensibilizando os veraneantes para a importância de uma boa conduta ambiental.

Objetivos:

- Sensibilizar os veraneantes para a importância de uma boa conduta ambiental em praia;
- Sensibilizar para os princípios da economia circular - através da recuperação, reutilização, reciclagem e redução do desperdício de materiais plásticos.

O projeto TransforMar é uma iniciativa do Lidl Portugal, do Electrão e da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE). Conta com o apoio da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), da QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza e a Brigada do Mar.

A parceria com a Brigada do Mar que, pelo 2º ano consecutivo, se juntou ao TransforMAR, possibilitou a limpeza de praias, e de outras zonas não concessionadas, fora da época balnear, exponenciando, desta forma, o alcance do projeto.

✓ Turma Imbatível



É um projeto do Lidl, desenvolvido em parceria com a Direção-Geral da Educação, a Direção-Geral da Saúde, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Associação Nacional de Produtores de Pera Rocha, e cujo objetivo é sensibilizar os mais novos para a importância de estilos de vida sustentáveis.

Objetivo:

- Impactar de forma transversal e duradoura o público mais jovem através de projetos lúdicos e pedagógicos na área da sustentabilidade e alimentação saudável, que percorrem as escolas primárias de todo o país.

(<https://institucional.lidl.pt/sustentabilidade/medidas-e-projetos/turma-imbativei/>)

No seu 9º ano consecutivo o projeto Turma Imbatível voltou às escolas para promover estilos de vida mais saudáveis e responsáveis junto das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico.

A Turma Imbatível abordou temas de currículo nacional alinhados à Cidadania & Desenvolvimento e à Estratégia Nacional de Educação Ambiental, através da entrega de um jogo de sustentabilidade.

Foram entregues a 112 escolas que participaram no projeto, permitindo impactar 13 860 alunos de 658 turmas, nos 18 distritos do país.

Desde o início do programa, em 2011, foram impactados mais de 100 mil alunos e 720 escolas.

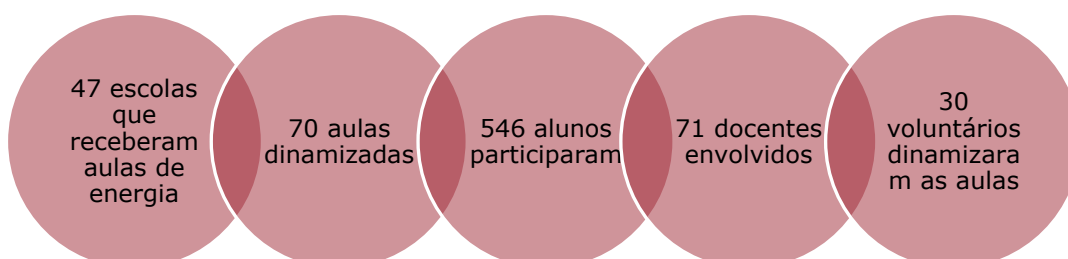


O Movimento Educativo Galp é promovido pela Fundação GALP e tem por objetivos:

- ✓ sensibilizar as crianças para o desenvolvimento sustentável;
- ✓ envolver crianças e jovens, professores(as), voluntários(as) e parceiros, para terem um impacto real e positivo na sociedade; e
- ✓ desafiar as gerações futuras a observar e procurar soluções sustentáveis para problemas que identifiquem nas suas comunidades, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda – ODS.

O *Future Up* é um projeto Educativo Galp que desafia todos a aprender, a agir, a ensinar e a participar ativamente nos temas da sustentabilidade, da energia e do planeta, trazendo novas ideias, novas soluções e um novo futuro pela frente.

Na campanha 2020-21 apenas foram dinamizadas aulas ao 1º ciclo em 10 distritos de Portugal continental.



O movimento educativo *Future Up* da Fundação Galp, com os seus parceiros, APA, ADENE, DGEG e DGE e ainda com a participação da Quercus e da EI - Energia

Independente, lançou um prémio acessível a todas as escolas do ensino básico e secundário de Portugal.

No mês da Energia, em maio, o **Future Up** distinguiu as escolas portuguesas, do ensino básico e secundário, que investiram na sustentabilidade da comunidade escolar. Esta edição contou com mais de 60 candidaturas de escolas de Norte a Sul do país.

PRÉMIO ESCOLA ENERGY UP Participações

60



NOTA: Sem candidaturas em 3 distritos: Bragança, Guarda e Évora.

✓ Projeto Missão 360



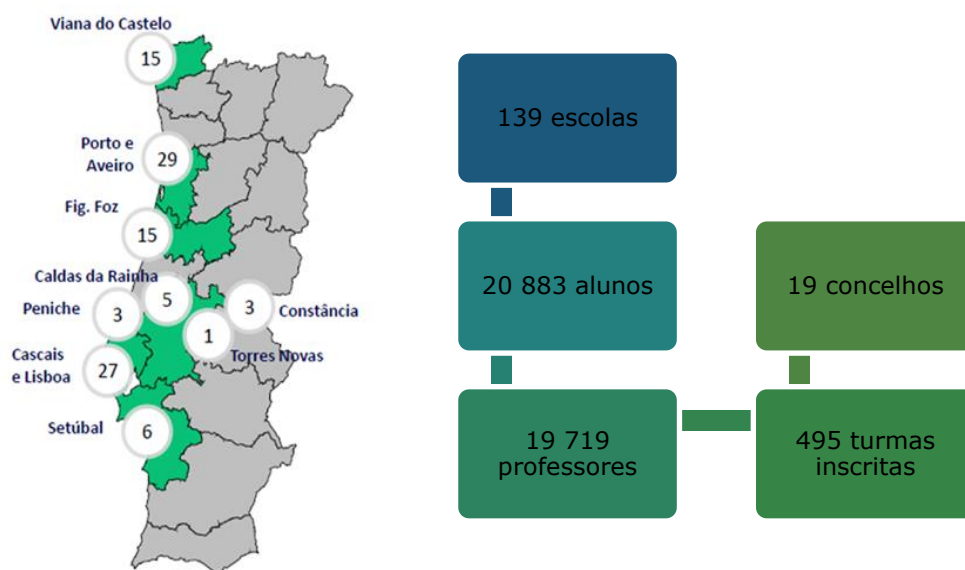
A Missão 360 é um projeto pedagógico de sensibilização ambiental promovido pela CELPA – Associação da Indústria Papeleira, que conta com o apoio da APA e DGEstE. É dirigido às crianças dos 1º e 2º ciclos do ensino básico e às suas comunidades educativas.

A Missão 360 tem como objetivos:

- Promover conceitos relacionados com a Economia Circular, junto de crianças e jovens, das famílias e comunidades,

- evidenciar a gestão sustentável das florestas promovendo a naturalidade do papel e do cartão, renovável, reciclável e biodegradável proveniente de matérias-primas sustentáveis e de origem não fóssil;
- criar uma maior ligação à natureza explorando os espaços ao ar livre mostrar a estes públicos o funcionamento da indústria papelreira como exemplo de boa prática no âmbito da Economia Circular reforçando o ciclo do papel neste sistema.

Ano letivo 2020-21 em números:



✓ Lisboa Capital Verde Europeia – 2020



No âmbito da Capital Verde Europeia 2020 e organizada pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), em parceria com a Universidade de Lisboa e do ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., a 24 de novembro de 2020, no Museu Nacional de História Natural e da Ciência, foi inaugurada a exposição "Variações

Naturais – uma viagem pelas paisagens de Portugal” pelos Ministro do Ambiente, João Pedro Fernandes, Secretário de Estado da Conservação da Natureza, João Catarino, Vereador do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia da Câmara Municipal de Lisboa, José Sá Fernandes, Presidente do Conselho Diretivo do ICNF, I.P., Nuno Banza, Reitor da Universidade de Lisboa, António Cruz Serra e Comissária da exposição, Professora da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Cristina Branquinho.

Esta exposição, que está patente até 2022, disponibiliza visitas organizadas, nomeadamente para escolas, dando a conhecer os ecossistemas naturais existentes em Portugal, invocando todos os sentidos e levando, quem a visita, em viagens que vão dos cumes das montanhas aos lugares mais profundos do mar. Decorreram também alguns *webinares* cujas gravações se encontram disponíveis no youtube.

- ***Contribuir para a implementação de Estratégias Nacionais com enfoque na Educação para o Desenvolvimento Sustentável***

Ao longo do ano quer as entidades que compõem o GTEAS quer a rede de docentes em mobilidade desenvolveram diferentes ações que foram ao encontro deste objetivo, de realçar:

✓ **Estratégia Nacional da Educação Ambiental 2020**



Desde a sua aprovação, em Conselho de Ministros, a 8 de junho de 2017, a ENEA 2020 viu lançados, pelo **Fundo Ambiental, 10 avisos** para projetos de educação ambiental.

A estes **Avisos** concorreram um total de **883 candidaturas** das quais foram **financiadas 167**, numa diversidade de projetos/iniciativas de EA em todo o território.

Do universo das 167 candidaturas aprovadas, as ONGA têm destaque com 27,5% de projetos seguidas da Administração Pública com 25,7% (Figura 1).

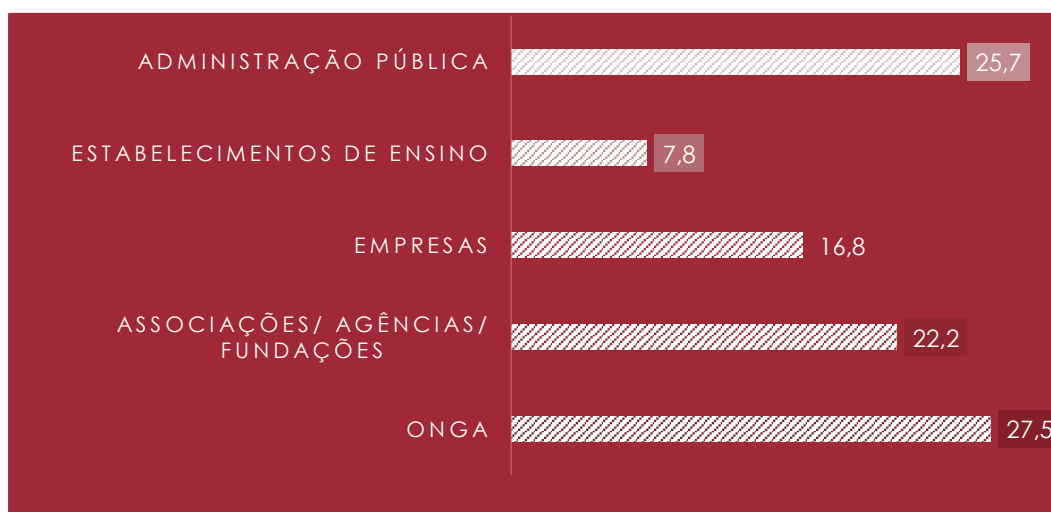


Figura 1: Candidaturas financiadas por entidade (%) - 2017-2020

O financiamento pelo Fundo Ambiental a estes 167 projetos significou um investimento de **6,4 milhões de euros**.

Foram ainda apoiados **mais 58 projetos**, no contexto do **POSEUR**, no valor de **13,7 milhões de euros**.

Globalmente, sem calcular os efeitos multiplicadores dos mesmos, **o investimento público em Educação Ambiental**, neste período, ultrapassou os **20 milhões de euros** para um total de **225 projetos**.

Em 2021, quinto ano de execução da ENEA, foram publicados mais 3 Avisos do FA no valor de €1,5 M.

A ENEA2020 procurou concorrer de forma decisiva para a alteração de comportamentos dos portugueses visando também a concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Com efeito, **8 dos 17 ODS** estiveram intrinsecamente relacionados com a ENEA2020, como se mostra através dos seus 10 Avisos publicados (TABELA 2).

Tabela 2- ODS por Avisos 2017-2020	
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Apoiar uma Nova Cultura Ambiental</i>
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Re-Educa: Educar para uma Economia Circular</i>
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Repensar Rios e Ribeiras</i> • <i>Nova Cultura Cívica Territorial</i> • <i>Apoiar uma Nova Cultura Ambiental</i>
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>EduMove-te: Educar para a Mobilidade Sustentável</i> • <i>Promover o Uso Eficiente da Água</i> • <i>Repensar Rios e Ribeiras</i> • <i>Nova Cultura Cívica Territorial</i> • <i>Apoiar uma Nova Cultura Ambiental</i>
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Saúde de Qualidade e Cidades e Comunidades Sustentáveis</i> • <i>Produção e Consumo Sustentáveis</i> • <i>Re-Educa: Educar para uma Economia Circular</i> • <i>Apoiar uma Nova Cultura Ambiental</i> • <i>Promover o Uso Eficiente da Água</i>
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>EducarTe - Educar para o Território</i> • <i>EduMove-te: Educar para a Mobilidade Sustentável</i> • <i>Promover o Uso Eficiente da Água</i> • <i>Repensar Rios e Ribeiras</i> • <i>Nova Cultura Cívica Territorial</i> • <i>Apoiar uma Nova Cultura Ambiental</i>
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Apoiar uma Nova Cultura Ambiental</i>
	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Promover o Uso Eficiente da Água</i> • <i>Repensar Rios e Ribeiras</i> • <i>Nova Cultura Cívica Territorial</i> • <i>Apoiar uma Nova Cultura Ambiental</i>

✓ **Acompanhamento e Avaliação da Estratégia Nacional de Educação Ambiental – Inquérito**

Integrado nas ações previstas na medida *Acompanhamento e Avaliação da Estratégia Nacional de Educação Ambiental*, a APA- Agência Portuguesa do Ambiente em articulação com os organismos que nas tutelas da Educação e Ambiente e Ação

Climática, promoveu um inquérito *online* direcionado para o público-alvo em contacto com a ENEA2020.

A amostra foi constituída por 494 respondentes do território nacional continental e ilhas.

Apresenta-se de seguida sinopse dos principais resultados obtidos.

- **Entidade em que se enquadra**
 - **45,3%** estão enquadrados na Administração Central, Regional e Local;
 - **27,1%** em estabelecimentos de ensino;
 - **9,5%** ONGA;
 - **5,5%** em associações e Fundações;
 - os restantes **12,6%** estão enquadrados em Empresa do Setor Empresarial do Estado, Centros de Investigação, outras organizações, empresas independentemente da sua forma jurídica e outras entidades.

- **Localização geográfica da sua área de residência**
 - A distribuição geográfica da área de residência dos respondentes tem em linha de conta a distribuição da população. Assim, Lisboa e Vale do Tejo 37,7%; Norte 23,7%, Centro 20,4%. Alentejo e Algarve com valores próximos, com 7,3% e 7,7%, respetivamente e Açores e Madeira com 1,8% e 1,4%, respetivamente.

- **Onde ouviu falar pela primeira vez de EA - Educação Ambiental?**
 - **59,7%** dos inquiridos afirmou ter ouvido falar num estabelecimento de ensino (Escola e Universidade);
 - **4,9%** através de Organizações Não-Governamentais de Ambiente.

- **CONHECIMENTO DA ENEA - Estratégia Nacional de Educação Ambiental**
 - **75,3%** afirmou conhecer a ENEA ou ouvir falar;
 - **23,7%** participou em projetos da ENEA.

- **PARTICIPAÇÃO – ENEA**
 - **37,7%** participaram em projetos apoiadas pela ENEA;
 - **20,8%** participaram enquanto promotores/colaborador de consórcio;
 - **9,3%** enquanto cidadão;

- **2%** enquanto docentes.
- **Sobre a estrutura de organização global da ENEA**
 - **68,2%** considerou-a *Adequada*;
 - **16%** confusa.
- **Sobre o "Compromisso" nacional adotado pela ENEA**
 - **74,3%** c que a formulação é adequada;
 - **10,7%** defende que seja elaborada uma nova formulação.
- **Sobre os "Princípios" da ENEA**
 - **80,4%** considerou os *princípios* com formulação adequada
 - **8,5%** considerou que estes princípios deveriam ser reformulados.
- **Classificação dos "Eixos Temáticos" da ENEA**
 - *Descarbonizar a Sociedade* – **84%** classificação *adequada*;
 - *Economia Circular* - **80,4%** classificação *adequada*;
 - *Valorizar o Território* – **84,2%** classificação *adequada*.
- **Sobre a continuidade dos temas ambientais**

Entre **83% a 93,9%** dos respondentes consideram que os temas são para manter;

Na opção *alterar* os temas ambientais, os mais apontados foram: Ordenamento do Território e Desmaterialização, Economia Colaborativa e consumo sustentável, com **16,8%** e **26,2%**, respetivamente.
- **Relativamente às "Medidas" promovidas pela ENEA**
 - Mais de **50%** dos respondentes, apesar de ligeiras diferenças, considerou que as 16 medidas que fazem parte da ENEA foram cumpridas parcialmente, com especial destaque para a *Cooperação Interministerial* (59,3%), *Envolvimento dos Cidadãos no Seu km2 de Ação* (57,3%), *Promoção de Iniciativas de Reflexão e Debate* (56,9%). A *Promoção do estatuto da ONGA* foi indicada por 50,8% como sendo parcialmente cumprida.
 - A *Valorização do voluntariado ambiental* e a *Integração das matérias ambientais nos currículos académicos* foi considerada, respetivamente, como cumprida por 31,6% e 34% dos inquiridos.

- **Relativamente à atualidade e continuidade das 16 Medidas da ENEA**
 - Mais de 60% dos respondentes considerou que estas são para manter.

- **Avaliação da ENEA de uma forma global**
 - Mais de **79%** avaliou a ENEA, de uma forma global entre 4 - 5

- **Sobre a continuidade da ENEA**
 - **63,8%** considera que esta deve ser Prorrogada para próximos 5/10 anos.

- **-Sobre o cofinanciamento tendo em vista o cumprimento das medidas da ENEA**
 - De uma forma global, entre **50% a 70%** dos respondentes considera que o co financiamento do FA aos diferentes avisos foi muito importante para o cumprimento das medidas da ENEA.

- **Sobre a avaliação, na generalidade, aos contributos dos temas publicados nos Avisos do Fundo Ambiental para o cumprimento das medidas da ENEA**
 - Numa escala entre 1 e 5, sendo 1 não cumpriu e 5 cumpriu totalmente **mais de 50%** dos respondentes avaliou os contributos dos temas publicados nos Avisos, para o cumprimento das Medidas da ENEA, entre 4 - 5.

Em síntese, considerando os necessários próximos passos visando uma atualização da ENEA, importará garantir, como desde a sua conceção até à aprovação, um trajeto participado. Neste contexto, deverão poder definir-se, no quadro das tutelas que lançaram esta estratégia, a melhor metodologia e calendário do processo de atualização deste compromisso nacional.

✓ **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030) e Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)**

Quer as áreas protegidas quer as matas nacionais, viveiros florestais e outros serviços ICNF, I.P. desenvolveram ou foram parceiros em várias atividades / projetos visando atingir os objetivos destas duas estratégias, que incluem desde a promoção da visitação, ações de reflorestação, controlo de espécies invasoras, voluntariado, *bioblitz*, *workshops* para docentes, exposições...

Dadas as contingências, em 2020, não foi lançado o "**Prémio ICNF – Uma ideia Natural**", em parceria com o Fundo Ambiental. Este prémio visa contribuir para a inserção de vários atores sociais na prática da conservação e gestão do património natural no território continental português. Porém, o projeto educativo vencedor da edição de 2019, Todos na Rede (Natura 2000) ganhou, em 2020, o prémio "Life Long Learning 2020" na categoria "Learning that lasts – Sustainable learning".

Em 2020, muitas ações presenciais tiveram de ser canceladas nomeadamente as previstas na comemoração do **Ano Internacional da Sanidade Vegetal**.

Em alternativa, o ICNF, I. P. promoveu a disponibilização e promoção de conteúdos digitais nos seus sítios (oficial, geocatálogo, lince-ibérico) e redes sociais (facebook, youtube, Instagram, APP NaturalPTrails - Google store, Apple store), incluindo os de divulgação da marca **Natural.PT "Património Vivo"** (facebook, youtube, Instagram).

Foram produzidos vários passatempos *online* no âmbito de várias efemérides (ex. Dia Nacional da Conservação da Natureza – *quizz* para crianças). Outros materiais foram produzidos de raiz, caso da coleção "A Natureza é um puzzle"

Exemplo de parceria e de aposta nos meios digitais foram as "Conversas sobre lince & companhia", um conjunto de *webinar* com um técnico do ICNF, I.P., realizados em novembro de 2020, no âmbito do Projeto *EducaLince*, promovido pela Associação de Defesa do Património de Mértola ADPM (uma ONGA) e cofinanciado pelo Fundo Ambiental.

Em várias infraestruturas do ICNF, I.P. promove-se o conhecimento acerca das áreas da sua missão, com especial ênfase nas da floresta e da biodiversidade e com atividades voltadas para as escolas (ex. Mata Nacional de Valverde, Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro, Centro de Educação Ambiental da Sra. da Graça e Viveiro Florestal da Malcata, Museu Oceanográfico do Parque Natural da Arrábida,

CISGAP – Centro de Interpretação Subterrâneo da Gruta-Algar do Pena, CEAM – Centro de Educação Ambiental de Marim). Todavia, estas estruturas / locais viram a grande maioria das atividades presenciais serem canceladas, atendendo as condições adversas de 2020.

Na Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, o Centro Nacional de Educação Ambiental e Conservação da Natureza (CNEACN), em implementação no Monte do Paio, promoveu igualmente ações com escolas da região e ali se desenvolvem projetos em parceria (ex. Projeto QEA - Quinta da Educação e Ambiente). Dependendo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. o CNEACN tem como objetivo incrementar a difusão de informação sobre a bio e geodiversidades nacionais, bem como providenciar um local para promover a educação ambiental nessas vertentes, sendo uma sequência lógica das ecotecas criadas no séc. XX.

Quanto ao apoio aos professores destacados de realçar o envolvimento do ICNF, I.P. nas XXVII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental, realizadas com o apoio da CM de Castelo de Vide. Com efeito, através da Direção Regional de Conservação e Florestas – Alentejo do ICNF, I.P., foram, p.ex. propostas atividades e guiadas visitas.

Tal como outras entidades do GTEAS, desde há longos anos que o ICNF, I.P. pertence à Comissão Nacional de vários projetos, alguns desenvolvidos pelos professores destacados, caso dos programas Eco-escolas, Jovens Repórteres para o Ambiente, Bandeira Azul e ECOXXI.

O ICNF, I.P. participou ainda em várias atividades promovidas pelos professores destacados, caso de algumas ações de formação para docentes, pelo professor destacado na LPN - Liga para a Proteção da Natureza e do seminário Eco-escolas. Vários eventos foram divulgados nas redes sociais do ICNF, I.P. Ao longo do ano foram ainda enviadas informações várias aos docentes, visando apoiar o seu trabalho.

O instituto tem ainda vários protocolos com ONGA e as Direções Regionais do ICNF, I.P., apoiam e dinamizam atividades com a comunidade escolar.

✓ **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania**

A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) integra uma das prioridades definidas no Programa do XXI Governo Constitucional para a área da educação, tendo resultado da proposta elaborada e apresentada pelo Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania (Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio).

Esta Estratégia Nacional prevê a implementação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento em todos os níveis de educação e ensino, respeitando os princípios, valores e áreas de competências enunciados no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.



Neste sentido, este documento estratégico “integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, para que, no futuro, sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor” (ENEC, 2017).

A estratégia está ancorada em documentos internacionais e nacionais de referência relativamente à educação para a cidadania e preconiza uma componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento. Com esta pretende-se que as e os alunos realizem aprendizagens conducentes à sua formação enquanto cidadãs e cidadãos ativos, numa perspetiva democrática, respeitadores da diversidade e dos direitos humanos, com vista ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os diferentes domínios da Educação para a Cidadania estão organizados em três grupos, sendo que a educação ambiental e a educação para o desenvolvimento sustentável fazem parte do 1.º grupo, cujos temas são obrigatórios para todos os níveis de escolaridade.

- **Divulgação e dinamização ações/atividades com vista à promoção e divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**



As ações/atividades de promoção dos ODS foram dinamizadas quer pelos professores da rede de docentes, no âmbito dos diferentes projetos que coordenam, quer pelas diversas entidades que compõem o GTEAS.

- **Participação no Grupo de Coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, na sua vertente de sensibilização e divulgação**

As alterações climáticas constituem atualmente um dos maiores desafios humanos à escala global, sendo evidente a necessidade de adaptação às alterações climáticas em curso, bem como a articulação e implementação de medidas de minimização dessas alterações, e das consequências para as populações e para o ambiente em geral.

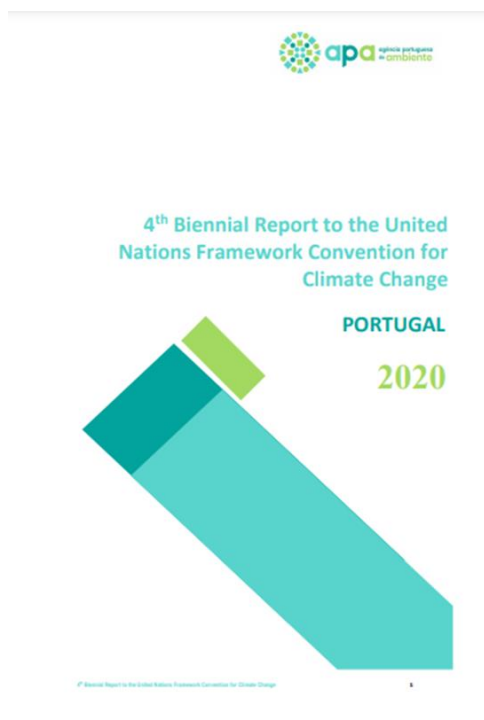
- **Integração no "Grupo Reporting" para elaboração das Comunicações Nacionais e Relatório Bienal, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas**

Tal como é publicado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019:

A urgência da ação climática tem vindo a ser assinalada pela sociedade em resultado da evidência científica que confirma que as alterações climáticas são um fenómeno do presente, com origem nas emissões de gases com efeito de estufa (GEE) resultantes da atividade humana. Esta tendência tende a agravar-se se não houver uma ação climática imediata e efetiva.

A APA coordena o "Grupo Reporting" para elaboração das Comunicações Nacionais e Relatório Bienal, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas.

O 4.º Relatório Bienal (2020) encontra-se disponível no sítio da APA.



- ***Acompanhar e divulgar os projetos anuais dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo ME-MA no ano letivo 2020/21***

A rede de docentes em mobilidade no ano letivo 2020-21 teve 10 docentes alocados em dez Organizações Não-governamentais de Ambiente (ONGA) de âmbito nacional.

Os critérios de seleção foram os aprovados em sede do GTEAS e divulgados atempadamente.

Ficou assegurada uma cobertura a nível nacional de docentes dinamizadores de projetos de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (Figura 2).

As dez ONGA estão inscritas no RNOE - Registo Nacional de ONGA e Equiparadas, estando distribuídas pelo território nacional

Não obstante a adaptação ao planeado, em virtude da pandemia, a bolsa de docentes em mobilidade, de expressão nacional, desenvolveu, como é seu apanágio, projetos diversos, demonstrativos e complementares entre si, com diferentes metodologias, temas e destinatários.

As múltiplas atividades resumidas no presente relatório pretendem exemplificar o trabalho pedagógico desenvolvido pelos 10 docentes/ONGA que, ao longo do ano letivo, desenvolvem processos de educação ambiental para a sustentabilidade, envolvendo as comunidades educativas e população em geral, assim como várias entidades, a nível local, regional ou nacional.

O formato dos planos de atividades e dos relatórios desenvolvidos pelos docentes corrobora a proposta do GTEAS que acompanha a execução do protocolo de cooperação acima mencionado.

Os projetos desenvolvidos pelos 10 docentes interligam-se numa lógica de intervenção nacional, não obstante as assimetrias litoral/interior, as facilidades ou não de deslocação, o acesso a apoios e outras realidades que refletem dicotomias distintas.



Figura 2: Distribuição da rede de docentes em mobilidade

No cômputo geral, em cada projeto, os alunos são o público-alvo que contribui com um maior número de participantes, refletindo o trabalho desenvolvido com as comunidades escolares.

Para além dos participantes diretamente envolvidos há que ter em conta os profissionais, cuja participação, têm um efeito multiplicador, como por exemplo, Monitores ATL, técnicos de entidades com funções ligadas à promoção de EA - CCDR, ICNF, I.P, etc... - (Tabela 3).

Tabela 3: TOTAL DE PARTICIPANTES POR TIPOLOGIA

ONGA	Docentes	Alunos	Outros profissionais com efeito multiplicador*	Outros participantes	TOTAL
<i>ABAE</i> Margarida Gomes	2803	836438	120000	1500	960 741
<i>A Rocha</i> Paula Banza	14	458	-	173	645
<i>ASPEA</i> Joaquim Pinto	1927	192414	163	11682	206186
<i>FAPAS</i> Isabel Fernandes	579	13035	15	432	14 061
<i>GEOTA</i> Carla Pacheco	2930	4587	200	6440	14157
<i>LPN</i> Jorge Fernandes	853	1712	91	52	2 708
<i>Quercus</i> José Janela	949	12523	24525	501	38 498
<i>RIO NEIVA</i> Celeste Aires	41	1297	12	210	1560
<i>SPEA</i> Teresa Oliveira	935	11506	52	635	13128
<i>Tágis</i> Clarisse Ferreira	1354	2215	21	20212	23 802
TOTAL	12385	1076185	145079	41837	1 275 486

*(Monitores ATL, técnicos de entidades com funções ligadas à promoção de EA (CCDR, ICNF, I.P, etc...))

Esta é uma dinâmica que para além da comunidade educativa envolve, cada vez mais entidades diversas, quer a nível nacional quer regional (Tabela 4).

Tabela 4: ENTIDADES PARCEIRAS

ONGA	Estabelecimentos de ensino	Municípios	Outras entidades	TOTAL
ABAE	3535	249	47	3831
AROCHA	7	3	0	10
ASPEA	2548	213	268	3029
FAPAS	164	65	1	230
GEOTA	230	250	40	520
LPN	394	209	52	655
QUERCUS	180	12	22	214
RIO NEIVA	21	233	0	254
SPEA	497	221	0	718
Tagis	107	76	54	237
TOTAL	7683	1531	484	9698

*Nota: estes números são cumulativos. Muitas entidades, como os municípios, trabalham e desenvolvem parcerias com os diferentes docentes e projetos.

7-AVALIAÇÃO DOS DOCENTES EM MOBILIDADE

Esta rede de docentes assume o papel de mediação entre as políticas estratégicas das tutelas (ENEA, ENEC, ENCNB 2030, ENF e o Referencial de EAS) e a aplicação concreta e no quotidiano das comunidades escolares.

O trabalho desenvolvido pelos docentes em mobilidade é acompanhado pelos diferentes organismos representados no GTEAS.

Para além da participação direta, enquanto oradores e moderadores, nos trabalhos dos principais eventos dinamizados pelos docentes, os representantes das tutelas do Ambiente e da Educação asseguram a participação persistente nas sessões de abertura e/ou sessões de encerramento daquelas iniciativas, corroborando a decisiva importância que os projetos e a mobilidade de docentes representam no desenvolvimento da dinâmica pública da educação ambiental.

Por forma a promoverem-se modelos demonstrativos e de inovação junto de todas as comunidades escolares, independentemente da sua dimensão ou efeito público, a partilha de recursos e metodologias entre os docentes da rede é uma prática assente.

Ações no terreno partilhadas, conjugação de competências específicas em iniciativas, apoio bibliográfico e partilha de equipamento, são exemplos de ações práticas de proximidade por parte destes docentes em mobilidade, auxiliando e motivando complementarmente o trabalho de professores(as) e alunos(as) nas escolas e interpretando o exigido impulso na flexibilidade curricular.

A 13 de janeiro de 2021 realizou-se, via **zoom**, a reunião de apresentação dos planos dos docentes em mobilidade, que faz parte integrante das atividades do GTEAS.

Esta reunião inicial tem também como objetivo planear o ano letivo da rede de docentes. Cada docente partilhou com o grupo as principais metas do seu Plano Anual de Atividades (PAA). Acordou-se ainda a organização, em conjunto, de um evento, representativo do seu trabalho coletivo anual, em alternativa ao usual seminário presencial.

Anualmente, os elementos do GTEAS acompanham pelo menos duas das principais ações dinamizadas pelos docentes. No ano letivo 2020/2021 as ações que decorreram foram acompanhadas via plataforma digital.

O ano letivo 2020-21 desenvolveu-se ainda com algumas restrições de atividades presenciais, devido à pandemia, contudo, a adaptação dos docentes a esta nova realidade permitiu o desenvolvimento de ações/atividades *online*, dentro das suas temáticas, por forma a dinamizar os conteúdos planeados.

O relatório anual de atividades de cada um dos 10 docentes está anexo a este documento.

- *"Educação, Aprendizagem e Natureza – Cidadania em ação" – atividade conjunta da rede de docentes em mobilidade*



A Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a Direção Geral da Educação (DGE), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP (ICNF) e a Direção Geral de Estabelecimentos Escolares (DGEstE), promoveram no dia 29 de junho de 2021, um *webinar* sobre boas práticas no domínio da educação ambiental desenvolvidas pelas 10 ONGA que têm docentes em mobilidade estatutária.

A ação, que foi um sucesso, contando com cerca de 320 participantes, ocorreu no contexto dos objetivos da Agenda 2030, da ENEA (Estratégia Nacional de Educação Ambiental), ENEC (Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania) e ENCNB 2030 (Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade) e no quadro do Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade que acompanha a cooperação entre as tutelas da Educação e do Ambiente.

8-CONCLUSÕES

As tutelas da Educação e do Ambiente, através dos seus organismos, reforçam o seu papel de referência, definindo conteúdos, reconhecendo novas abordagens e práticas inovadoras, bem como definindo bases e linhas estratégicas orientadoras de uma política nacional/agenda para a educação ambiental para a sustentabilidade. Na observância de compromissos internacionais como os *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*, tal ganhou expressão definitiva com a Estratégia Nacional de Educação Ambiental, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 e a Estratégia Nacional para as Florestas que o país possui.

Os diferentes agentes em Portugal, quer públicos quer de iniciativa da sociedade civil, mantêm concordância acerca da prioridade que deve ser atribuída à educação ambiental, enquanto aprendizagem para uma forma de vida mais sustentável e instrumento essencial para um futuro mais consciente a nível ambiental e económico.

O esforço que tem sido colocado na prossecução dos objetivos do protocolo de cooperação e nos eixos de ação do GTEAS tem permitido salvaguardar os compromissos gerais assumidos.

O reconhecido sucesso da ENEA, enquanto estratégia e compromisso nacional para a Educação ambiental reforçou a responsabilidade e compromisso dos seus agentes, emergindo crucial a sua continuidade. O formato e respetivo processo dessa continuidade (prorrogação/atualização-revisão) está nesta altura em consolidação.

ANEXOS